



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Distritais aprovam possível monitoramento por vídeo nas salas de aula da rede pública

Por 15 votos a 6, projeto de autoria dos deputados Thiago Manzoni e Roosevelt foi aprovado em dois turnos e segue para sanção. Proposta autoriza a instalação de câmeras dentro da sala de aula, mas não obriga seu uso

A Câmara Legislativa aprovou, na tarde da última terça-feira (21), propostas que instituem o uso de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo e registro de áudio nas escolas públicas do Distrito Federal. O tema, polêmico, recebeu 15 votos a favor e 6 contrários, e foi aprovado em primeiro e segundo turnos. Agora segue para sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB).

Os distritais avaliaram o projeto de lei nº 944/2024, de autoria do deputado Thiago Manzoni (PL), e o projeto de lei nº 1.211/2024, de autoria do distrital Roosevelt (PL). As propostas iniciais previam a obrigatoriedade de o Governo do Distrito Federal instalar as câmeras, mas durante os debates, os deputados concordaram em mudar o texto para apenas autorizar o governo a instalar os equipamentos.

Pelo novo entendimento, caberá a cada diretor decidir se adere ou não aos sistemas de vigilância dentro das salas de aula, berçários, laboratórios e espaços esportivos. Todavia, o projeto prevê a instalação obrigatória de câmeras de vídeo em locais como

entradas, saídas, corredores, áreas de recreação e cantinas.

Os equipamentos a serem instalados deverão ser capazes de armazenar integralmente as atividades desenvolvidas.

Segundo o texto aprovado pelos distritais, o conteúdo captado somente poderá ser disponibilizado mediante solicitação do Poder Judiciário, do Ministério Público, do docente - para registrar agressões sofridas ou refutar acusações acerca de sua própria conduta - e dos órgãos de segurança pública, no caso de as imagens serem necessárias para investigação em curso.

Reações a favor da proposta

Deputados da base governista se manifestaram a favor do projeto. Thiago Manzoni, um dos autores da proposta, ressaltou que o videomonitoramento nas salas de aula não será obrigatório. “As escolas não serão obrigadas a adotarem câmeras, o projeto vai prever apenas a possibilidade. Não é que o Sinpro (Sindicato dos Professores do DF) não queira câmeras nas salas de aula, eles não querem que os

professores tenham essa opção. Câmara de vigilância em sala de aula não é repressão, é prevenção”, defendeu, referindo-se aos representantes do sindicato que ocupavam as galerias do plenário.

O deputado Pastor Daniel de Castro (PP) também fez críticas aos sindicalistas. “Câmeras não vigiam professores, câmeras protegem vidas. Lamentavelmente o Sinpro não fala mais pelos professores. Quem está no Sinpro não está na sala de aula, muitos nem lembram mais como é dar aula. O Sinpro faz um desserviço a esta cidade”, afirmou. O líder do governo na Casa, deputado Hermeto (MDB), garantiu que as câmeras só serão instaladas a pedido dos diretores das escolas. “Caberá ao diretor escolher se vai ter ou não câmera em sala de aula, simples assim”, explicou.

Já Roosevelt Vilela (PL), que também é autor da proposta, destaca que o videomonitoramento com áudio é mais um instrumento de segurança nas escolas. “É preciso dar um basta. Temos que proteger alunos, professores e toda comunidade escolar. Recen-



Professores, liderados pelo Sinpro, protestaram contra o projeto

temente, nós vimos um professor sendo preso por violentar sexualmente uma aluna de quatro anos de idade”, destacou o parlamentar.

Jorge Vianna (PSD) observou que há professores favoráveis à proposta. “O professor tem o total direito de optar se quer ou não a câmera dentro da sala de aula. Há professores que querem o monitoramento. Se eu desse aula e fosse desrespeitado, eu provavelmente escolheria ter a câmera em sala de aula”, exemplificou.

Críticas à proposta

Deputados da oposição e professores que ocupavam as galerias, por sua vez, se posicionaram contra o projeto. No entendimento do Sindicato dos Professores do DF, o projeto “criminaliza” a atuação dos profissionais da educação. Os docentes se manifestaram e entoaram gritos de “respeita a educação” e “a culpa é de vocês” antes da votação.

Chico Vigilante (PT) criticou a proposta e pediu respeito aos sindicalistas. “Esse projeto é uma famigerada tentativa de implantação da escola sem partido no Distrito Federal com o objetivo de intimidar os professores. Sobre o

Sinpro, eu conheço esse sindicato há 46 anos. Se tem uma coisa que merece respeito é a atividade sindical”, frisou.

Para Dayse Amarílio (PSB) faltou diálogo com a comunidade escolar. “Não houve sensibilidade para ouvir as pessoas que trabalham na educação. A mensagem que esta Casa passa é muito ruim. As escolas são regidas pelo princípio da gestão democrática, então esta Casa teria que ter feito no mínimo uma audiência pública sobre esse tema”, reclamou.

O deputado Ricardo Vale (PT) também se posicionou contra o projeto. “Esse projeto de lei é uma aberração, um desrespeito aos professores do Distrito Federal. Além disso, é um projeto totalmente inconstitucional que vai certamente ser derrubado pelos tribunais”, afirmou.

Gabriel Magno (PT) também discursou contra o projeto e ressaltou as dificuldades que as escolas enfrentam. “A maior parte das escolas do DF não tem estrutura básica adequada. Falta água, falta quadra coberta, falta laboratório, falta sala de aula. Essa é a realidade das escolas e isso tem

impacto nos casos de violência. O estado não garante monitor, acompanhamento psicológico, assistência social. Votar este projeto hoje é virar as costas para a maior categoria de servidores públicos desta cidade e também para as nossas mais de 700 escolas”, afirmou.

Na visão do deputado Fábio Félix (PSOL), o objetivo do projeto é exercer poder de censura sobre os conteúdos ministrados pelos professores em sala de aula. “As escolas sofrem com falta de professores, problemas estruturais, problemas no fornecimento de alimentação. Nada disso é prioridade para o governador e sua secretária de educação. Estamos desgastando o plenário da Câmara Legislativa para votar um projeto inconstitucional. Eles não estão preocupados com a segurança dos estudantes, eles estão preocupados sim em colocar uma mordça nos professores”, apontou.

O projeto também foi criticado por Max Maciel (PSOL). “Nunca vi uma classe tão atacada como a dos professores. Sofrem agressões, não recebem reajuste, trabalham em péssimas condições. As escolas não têm nem ar-condicionado. As escolas não têm monitores, psicólogos, assistentes. Não adianta videomonitoramento se não temos estrutura na educação. Querem transformar as escolas em presídios”, reclamou. O projeto de lei aprovado segue agora para sanção ou veto do governador Ibaneis Rocha.

Lojistas esperam crescimento das vendas de Halloween

Divulgação/Fecomércio

Sondagem inédita do Instituto Fecomércio-DF indica que 74% dos lojistas projetam um aumento moderado, entre 5% e 20%, no volume de vendas do Halloween em comparação ao ano anterior. Na sequência, 14% preveem um aumento significativo, acima de 20%, enquanto 8% apontam estabilidade e apenas 4% esperam redução das vendas.

A pesquisa indica relevância da data para o comércio do Distrito Federal, uma vez que, representando a maioria das intenções, 54% dos empresários classificaram o Halloween como de um período de importância média e 30% o destacaram entre as três principais datas comemorativas do ano.

“A sondagem mostra que o



Procura é grande por máscaras, chapéus e perucas

Halloween já é uma data relevante para o varejo local, impulsionando setores de fantasia, festas e doces e se firmando como um momento estratégico de vendas antes da Black Friday e do Natal”, avalia o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire.

Cerca de 64% dos comercian-

tes entrevistados afirmaram que o interesse dos consumidores pelos itens de Dia das Bruxas aumentou moderadamente nos últimos três anos. Outros 24% informaram que o interesse permaneceu estável, 10% registraram um aumento significativo e 2% relataram diminuição.

Festival Adorei as Almas promove oficinas de saberes

Divulgação/Donna Mídia Comunicação

O Festival Adorei as Almas – Feijoada da Vovó Maria Conga alcança sua 18ª edição. Este ano, a programação foi estruturada em oficinas de formação cultural, com foco na valorização dos saberes tradicionais e na promoção da inclusão. Iniciadas em setembro, as atividades seguem por outubro e novembro. O festival acontece no Terreiro da Vovó Maria Conga – Santuário de Maria, localizado em Planaltina- DF, e será encerrado com a tradicional Feijoada da Vovó Maria Conga, em novembro.

“O nosso compromisso é o de manter vivas práticas ancestrais que atravessam gerações, aproximando a comunidade de expressões artísticas, religiosas e sociais, gerando oportunidade de crescimento pessoal, profissional e inte-



Oficina de Construção de Berimbau, Rítmicas e Capoeira

gração comunitária”, afirma Mãe Maria do Cerrado, idealizadora do projeto, que neste ano está sob a execução de Marcos Antonio Sousa Madeira.

Com foco na valorização das tradições culturais e saberes ancestrais, o projeto oferece ao público, sob o comando do Contramestre

Ferrugem, a oficina de “Construção de berimbau, rítmicas e capoeira”. A atividade se inicia em 25 de outubro e segue em novembro aproximando os participantes do universo da capoeira, da musicalidade afro-brasileira e da fabricação artesanal do instrumento.

Novo corredor de ônibus em breve

Quatro viadutos já foram liberados para o trânsito na Epig, em áreas próximas ao Sudoeste

A liberação de quatro novos viadutos na Estrada Parque Indústrias Gráficas (Epig) acelera as obras para a conclusão do corredor exclusivo de ônibus na via.

Em 18 meses, o Governo do Distrito Federal (GDF) já liberou para o trânsito os viadutos Trecho 1, Trecho 2, Sudoeste e, mais recentemente, Trecho 5, ampliando o acesso e garantindo mais segurança e fluidez para motoristas, ciclistas e pedestres.

Com investimento de R\$ 160 milhões, o projeto está transformando a região central de Brasília, com a construção de novas vias, corredores de ônibus, ciclovias, passarelas e passagens subterrâneas para pedestres. A parte viária no

sentido Eixo Monumental está praticamente concluída, e o cronograma segue em dia.

A previsão da Secretaria de Obras e Infraestrutura (SODF) é entregar todo o viário nos primeiros meses de 2026, e a totalidade da obra até abril do ano que vem.

O Trecho 1 faz a ligação entre a Epig e o Setor Policial Sul. O Trecho 2 une Octogonal, Sudoeste e Epig.

O Trecho 4 concentra os serviços mais desafiadores da obra. Ali serão erguidos dois novos viadutos e três passagens subterrâneas de pedestres. As fundações dessas estruturas já estão concluídas, e o trabalho atual se concentra na substituição do asfalto por concreto, etapa essencial para garantir

maior durabilidade e resistência ao tráfego intenso de veículos e ônibus articulados.

No Trecho 5, os serviços avançam em várias frentes. O pavimento asfáltico foi totalmente substituído nos dois sentidos da via, em frente ao Setor de Indústrias Gráficas (SIG). Paralelamente, segue em andamento a construção do corredor exclusivo de ônibus no canteiro central, além da pavimentação da via que vai ligar o novo viaduto ao corredor de transporte público. A escavação do viaduto também já está concluída.

Fluidez

“Esperamos, com isso, trazer mais fluidez ao trânsito, uma vez que os ônibus segui-

rão pelo corredor de ônibus desde a EPTG até o Terminal Asa Sul, passando pelo Setor Policial Sul”, afirma o secretário de Obras e Infraestrutura, Valter Casimiro.

“Nos próximos dias, haverá uma nova mudança no trânsito no sentido Taguatinga: o início da faixa reversa atualmente em operação será antecipado, e os veículos que trafegam nessa direção passarão a ter duas faixas de rolamento por cima do novo viaduto, o que vai melhorar a fluidez e reduzir congestionamentos”, adianta Casimiro.

“Cada entrega reforça o compromisso do GDF com a mobilidade e o bem-estar da população”, diz o secretário.

Com informações da Agência Brasília



Corredor de ônibus é parte das obras na Epig